

CIDADANIA E EDUCAÇÃO: CONCEITO E PROCESSO HISTÓRICO

Thayse dos Santos Fonseca (FGF)
thaysefonseca16@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo traz uma discussão acerca do processo histórico que desencadeou a cidadania tal como conhecemos hoje e a influência exercida nela pela educação, de algum modo articulada à luta de classes e aos direitos sociais. Na sociedade o homem torna-se cidadão no processo histórico, mas também no momento em que se reconhece como sujeito de direitos e partícipe de uma sociedade e que, para viver nela, precisa obedecer aos elementos que funcionam no sentido de manter sua organização. A educação é um dos serviços oferecidos neste processo, que além de desenvolver capacidades dos cidadãos perante seus iguais, dá à sociedade sujeitos preparados para a vida. Com o desenvolver das sociedades, tanto a educação como a própria cidadania sofrem alterações para se adaptar ao novo modelo; no capitalismo, elas tendem a ajustar o homem aos seus interesses, de modo que não interfiram na expansão do sistema. Deste modo, enfatiza-se também a diferenciação entre emancipação política e emancipação humana.

Palavras-Chave: Cidadania, Educação, Direitos Sociais.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da cidadania é um tema que merece bastante atenção por ser articulado com a história das sociedades e dos direitos dos indivíduos. Além disso, é um importante objeto de estudo das Ciências Sociais, que buscam entender o comportamento social do ser humano em suas relações sociais. A relação que se estabelece entre a cidadania, os serviços sociais e a educação é um aspecto presente neste artigo, no qual procuramos mostrar como cada um se entrelaça na formação da sociedade, assim como também seus papéis perante os indivíduos. Para contemplar o objetivo deste estudo da cidadania e dos direitos que a compõem, buscamos alguns estudiosos dos temas para estabelecer uma direção a seguir, considerando as diferentes interpretações do tema. Leandro Konder, Paul Singer e T. H. Marshall foram os teóricos com os quais se estabeleceu uma interlocução a respeito do desenvolvimento da cidadania, sua história e consolidação no capitalismo. Na sequência, sob a perspectiva de crítica ao modelo de cidadania, fez-se uma aproximação ao assunto, em particular a relação entre a cidadania e educação, sob a óptica de Ivo Tonet.

2. CIDADANIA NA HISTÓRIA

A cidadania moderna nos remete às conquistas sociais da Europa no século XVII, datam dessa época importantes revoluções e conquistas que garantiram direitos aos seres humanos. É nesse contexto que Leandro Konder e Paul Singer apresentam como se dá a origem da cidadania e dos direitos sociais que temos hoje.

Para Konder (2003), a Revolução Francesa – iniciada em 1789 – é imprescindível para a compreensão do que denomina “socialismo moderno”, pois os fatos acontecidos durante essa revolução mostram como as várias lutas da época acabaram transformando o socialismo em uma utopia. A derrota do governo dos jacobinos, que acabou por despertar nas massas o desejo por melhores condições de existência, trouxe à época uma série de manifestações de ideais diversos dos que imperavam naquele momento.

A organização da população em busca de melhorias de condições de vida, trabalho e sobrevivência era frequentemente reprimida pela burguesia, que se unia para tornar o restante da sociedade cada vez mais dependente e conformada com a exploração e miséria a que era submetida. Com isso, a maturidade do socialismo só foi alcançada em meados do século XIX, e a necessidade dos teóricos agora era a de levar em conta a humanidade tal como se encontrava, não mais na idealização do que seria bom para ela, assim:

[...] se defrontavam com a pressão desses grupos humanos mais aguerridos, que reivindicavam na prática, na ação política, elementos da cidadania que lhes faltavam, que não lhes eram reconhecidos. Então, a teoria precisava levar em conta humanidade, sem dúvida, mas tinha de ancorar, mais precisamente, no movimento específico desses grupos. (KONDER, 2003, p. 176-177)

Nesse contexto, Karl Marx e Friederich Engels se destacam, baseados no pensamento de que o proletariado, unido e mobilizado, teria força suficiente para superar o capitalismo e com isso, garantir o direito ao acesso a uma cidadania efetiva e igualitária a todos os homens. Marx se destacou entre os pensadores por entender o homem enquanto gênero, como sujeito da práxis e não com o romantismo comum a autores como Bakunin e Proudhon. Por entender o homem como sujeito de sua história, ele mostrou que era possível que houvesse a mudança necessária nas bases da sociedade. Para eles, a classe trabalhadora deveria “[...] em abrir mãos dos princípios teóricos que iriam assimilando ao longo das lutas históricas, [...] unir-se em torno de

ações práticas, de reivindicações concretas, evitando dedicar atenção excessiva a divergências filosóficas.” (Idem, p. 179) Claramente, as fundações socialistas agora passavam a abstrair os problemas da sociedade burguesa. Ao invés de instigarem a tomada de poder pelos trabalhadores para a construção de uma nova e melhor sociabilidade – como pregava Marx –, acabaram por trazer propostas de renovação para o aparelho estatal.

Singer (2003) apresenta o surgimento da cidadania baseando-se nos direitos sociais que são oferecidos aos trabalhadores, sejam eles assalariados, autônomos ou sem atividade remunerada por falta de empresa empregadora. Entende que a sociedade capitalista é dividida em duas grandes classes sociais, a dos capitalistas e a dos trabalhadores. Os capitalistas representam a camada da população que não necessita do exercício de atividade remunerada para garantir sua sobrevivência e a de seus dependentes; os trabalhadores são aqueles que desenvolvem atividades em troca de remuneração, para que possam sobreviver e garantir sobrevivência a seus dependentes.

Apresenta as conquistas da população como resultado da organização da classe trabalhadora num momento em que a Revolução Industrial moldava a Europa. As cidades acabavam sendo construídas ao redor das fábricas, e cada vez mais surgiam necessidades não só dos trabalhadores do chão da fábrica, mas também de seus familiares. Direitos como diminuição das horas de trabalho, principalmente para mulheres e crianças, educação, saúde e moradia estão entre as conquistas que foram fruto de reivindicações e greves.

2.1 A Concepção de Cidadania em Marshall

Tratar de cidadania nos remete inevitavelmente a T. H. Marshall, sociólogo britânico e autor da grande obra “Cidadania, Classe Social e *Status*”, na qual nos baseamos nessa abordagem. Ele divide a cidadania em três partes fundamentais, a civil, a política e a social. Sendo os direitos da parte civil, necessários para a liberdade do indivíduo; a parte política garante aos homens o direito de participar ativamente no poder político da sociedade; e os direitos sociais referem-se à garantia de um mínimo para o bem-estar dos indivíduos em sociedade. Junto a este último, o chamado “elemento social”, temos o sistema educacional e os serviços sociais intimamente ligados a ele.

Esses três elementos da cidadania antes eram um só, devido ao fato de as instituições serem mescladas. Nas sociedades antigas, os direitos estavam ligados ao *status* do indivíduo, ou seja, a sua posição na sociedade determinava o acesso a qual tipo de justiça e de qual administração poderia participar em sua comunidade. A evolução da cidadania, segundo Marshall, se deu num duplo processo de fusão – geográfica, com a nacionalização da cidadania – e separação – funcional, com divisão de tarefas a diferentes instituições. Um passo importante da época que vale citar é o estabelecimento, no século XII, da justiça real como defensora e criadora dos direitos civis do homem. Com o passar do tempo, a seguiram os vários conselhos da Coroa, as câmaras do Parlamento e os tribunais de justiça. (MARSHALL, 1967, p. 65)

A legislação industrial se firmou como base para os direitos sociais. A educação, na perspectiva dos direitos sociais, é reconhecida como um serviço peculiar por parte do Estado. Ao contrário do que muitos poderiam pensar, a educação das crianças estaria diretamente relacionada com a cidadania, visto que ao garantir que todas elas tenham acesso, o governo não perde o foco nas exigências da cidadania; os pequenos cidadãos aprendem desde cedo sua natureza (da cidadania). Os futuros adultos são moldados com a educação, o que a leva a ser considerada: “[...] não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado.” (Idem, p. 73)

Na sociedade de classes, os preceitos da cidadania se conflitam com a desigualdade presente neste modelo de ordem econômica. Anteriormente, o ideal de liberdade da cidadania não contrastava com a desigualdade de classes do capitalismo, o que fez com que ela se adaptasse, criando meios de fazer com que os direitos próprios da cidadania fossem mantidos para assim manter a individualidade dos cidadãos, fortalecendo a desigualdade. Com o advento do capitalismo, a cidadania passa a defender o direito à liberdade e a individualidade do cidadão. Os direitos civis, juntamente com os políticos, ficaram a disposição dos homens para que eles defendessem seus interesses, enquanto os sociais passaram a garantir a seguridade social aos que dela necessitassem.

O Estado busca sempre manter um equilíbrio entre os elementos dos direitos sociais, para que se mantenha a democracia. Na educação há o equilíbrio entre os direitos sociais coletivos e individuais. Com o decorrer dos séculos, o que era um direito

mínimo da população passou a ser uma obrigação do cidadão consigo mesmo. A sociedade reconhece a educação como benefício próprio, não mais como uma forma de uma classe manter a outra sob seus interesses. Por volta da década de 1940, a sociedade começa a dar prioridade aos direitos individuais, e a competição que antes existia para conseguir as vagas limitadas dá lugar a uma seleção e distribuição de todos em vagas suficientes. Segundo nosso autor, isto só seria possível se os estudantes dispusessem de uma variedade de instrução e oportunidades em educação.

Mas não é esse o objetivo da educação; ela, atualmente, está ligada diretamente a uma ocupação. O indivíduo não pretende com ela, engrandecer seu universo de conhecimento – cujo valor é inestimável –, ele procura, sim, se qualificar para o mercado ocupacional. Escolas primárias, técnicas e secundárias estão dispostas na proporção dos empregos que lhes são correspondentes. *“Dá-se uma grande e sempre crescente importância a certificados, matrículas, formaturas e diplomas como qualificações para emprego, e a validade destes não desaparece com a passagem dos anos.”* (Idem, p. 100) Concluindo, o autor afirma que: “[...] por intermédio da educação em suas relações com a estrutura ocupacional, a cidadania opera como um instrumento de estratificação social.” (Idem, p. 102)

3. CRÍTICA À CIDADANIA BURGUESA E A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

Aqui buscamos entender a função da educação para a emancipação humana. Tendo por referência o pensamento de Ivo Tonet a partir do texto “Educação, Cidadania e Emancipação Humana” (2005), no qual o autor adota uma perspectiva na apreensão dessas categorias do ponto de vista da obra marxiana. Tonet se propõe a superar duas perspectivas na apreensão do social. Uma referida e limitada à subjetividade e outra referida e limitada à objetividade na busca de apreender a totalidade, que incluiria essas duas dimensões. Segundo ele, essa superação é importante pelo fato de que a epistemologia “além de ser, hoje, o modo de pensar dominante, foi aos poucos tomando forma de algo ‘natural’, uma espécie de ‘pensamento único’” (TONET, 2005, p.22). Desse modo, o subjetivismo epistemológico – a perspectiva em que o homem é colocado idealmente no centro da sociedade como seu fundamento e destituído de bases materiais – determina a consciência das pessoas, devendo então ser ultrapassada, para a efetivação da liberdade do ser humano.

Nesse processo, o reconhecimento da política é tido como regente da atividade social. Com a superação da centralidade no objeto e a busca por novas bases, a objetividade foi abandonada e substituída pela subjetividade. Segundo o autor:

[...] as exigências da produção material mudaram completamente o direcionamento da investigação, orientando-a para o conhecimento da natureza. Este conhecimento, porém, ao contrário do caráter contemplativo do conhecimento greco-medieval tinha, agora, um caráter eminentemente prático. Estava voltado para a transformação da natureza. Por isso mesmo, ele não poderia estar direcionado à busca das coisas, mas à apreensão daquelas quantidades que pudessem ser submetidas à mensuração e à quantificação. (Idem, p. 24)

Marx consegue identificar a práxis como unidade entre os dois momentos (centralidade da objetividade e centralidade da subjetividade) e para Tonet: “é na medida em que captura a natureza própria deste objeto (o ser social) que Marx pode superar tanto a concepção greco-medieval, quanto a concepção moderna.” (p.32). Tonet mostra que Marx parte de pressupostos reais, ou seja, estuda as relações humanas desta sociedade, para depois determinar as características do ser e seu tipo de reprodução. Quanto ao ponto de partida para compreender a realidade social, o autor diz que:

Trata-se, pois, para Marx de partir não de idéias e especulações ou fantasias, mas de fatos reais, ‘empiricamente verificáveis, no caso os indivíduos concretos, o que eles fazem, as relações que estabelecem entre si e as suas condições reais de existência, para então apreender as determinações essenciais que caracterizam este tipo de ser e o seu processo de reprodução’. (p.33)

E é através dessa abordagem que Marx constata que não se pode separar a ligação do homem com a natureza na busca da autoconstrução humana, e é por meio do trabalho que o homem realiza o intercâmbio com a natureza. Portanto, o trabalho é o elemento que torna possível integrar o natural e o social, preservando, ao mesmo tempo, a especificidade de cada um, a sua unidade indissolúvel e a socialidade como elemento progressivamente dominante. (Idem, p.34) Para Marx, a ideia de emancipação humana se refere a nada mais que o comunismo. No entanto, Tonet sinaliza que a discussão a respeito desta forma de sociabilidade não é viável devido aos embates da luta ideológica, preferindo se referir então à emancipação humana, pois assim como na perspectiva liberal, tem como problemática central a liberdade.

Segundo Tonet, a frequente incompreensão da concepção marxiana de socialismo acarretou sérias deformações nesta forma de sociabilidade. Ele cita algumas

dessas deformações. São elas: “considerá-la como uma utopia”; “considerá-la, como, no máximo, uma idéia reguladora”; “considerá-la como uma forma de sociabilidade necessariamente totalitária”; “considerá-la como resultado inevitável do processo histórico”. (Idem, p.79)

O que permite à Marx aprofundar seu debate teórico na perspectiva de emancipação é a maturidade do ser social, que alcança sua forma efetivamente social quando as determinações históricas passam a ser o centro no processo histórico. Essa forma de abordagem do ser permite compreendê-lo como resultado de suas próprias ações. É no amadurecimento das duas classes sociais antagônicas – burguesia e proletariado –, que Marx elabora sua nova perspectiva. O autor salienta que, para Marx:

a história da humanidade se divide em dois grandes períodos: a pré-história e a história propriamente dita. O primeiro vai dos primórdios da humanidade até a extinção de classes. O segundo começaria com a extinção das classes sociais, com tudo o que elas significam, e abriria um novo período, radicalmente diferente, da autoconstrução humana. (Idem, p.81)

Segundo ele, entre esses dois momentos há uma diferença essencial, que é a liberdade. Na primeira forma, ela jamais ultrapassa os limites jurídicos-políticos e, na segunda seria o período da efetiva autoconstrução humana. Neste capítulo o autor relaciona o pensamento de Marx com o de outros autores – dos quais não cita nomes – quanto a emancipação humana tendo como pano de fundo seu processo histórico, o sentido da liberdade e da igualdade nesta sociedade.

Levando em consideração a perspectiva marxiana a respeito do trabalho, este como “*condição natural eterna da vida humana*” (Idem, p.82), percebe-se que o trabalho, além de ser o fundamento da liberdade do ser social, ele também é, em cada momento histórico, matriz de determinada forma de sociabilidade. E é neste ato fundante, que a abordagem da emancipação humana começa a ser feita, pois através dele se torna possível analisá-la com de fato é, e não como gostaríamos que fosse. Deste modo, o autor busca nele, inclusive, o fundamento de uma sociabilidade emancipatória.

Podemos ver que a implantação de uma nova sociabilidade é regida pela articulação entre subjetividade e objetividade, o grande problema do insucesso das tentativas de socialismo, na visão do autor, é exatamente o fato de a subjetividade ter reinado, fazendo com que fosse apenas um desejo a sociedade comunista. Então, é exatamente na tomada de consciência que está a real possibilidade de superação desta

sociabilidade. Porém, o que se observa hoje é que a emancipação humana é tida como um valor, assim como todos os outros valores da sociedade, e não como um dado de fato. Os valores na sociedade capitalista se apresentam como ato fundado pelos homens. A descaracterização dos valores faz com que sua utilidade não seja devidamente reconhecida pelos homens.

Mais adiante o autor fala do caráter subjetivo-objetivo dos valores, segundo a posição marxiano-luckacsiana. Pontuando também que, para afirmar esta subjetividade-objetividade, eles partem de uma objetividade não mais natural e agora social. Os meios e finalidades que os homens desejam atingir agora passam a ser definidos por eles mesmos. “ [...] *o que deixa claro, mais uma vez que o eixo de toda a problemática é o processo de autoconstrução humana. É a partir dele que se pode avaliar e decidir o que é bom ou mau, melhor ou pior, justo ou injusto, superior ou inferior.*” (Idem, p. 100).

Com esta afirmação, o autor quer dizer que a emancipação humana é um valor totalmente alcançável, pois faz parte das determinações do ser social, desmistificando a idéia de que ela seria apenas desejável. Partindo das concepções marxianas acerca da busca por uma sociedade livre, o autor afirma que para que esta sociedade se efetive é necessário que as forças produtivas se desenvolvam a tal ponto que o homem não seja dominado pelas carências. Isto teria que se dar, obviamente, sem o caráter alienante que o capital incorpora a este processo. Comenta ainda, que o insucesso das tentativas de comunismo que se deram no mundo fora devido à falta de condições materiais para produzir em abundância os bens necessários aos homens. Não é cabível, na concepção marxiana, se pensar em emancipação humana em meio às carências vividas hoje com o capitalismo. O idealismo até tenta atribuir ao poder privado um caráter solidário em meio à miséria, mas isto não é possível porque não é pela consciência que isso se dá. Seria preciso um intenso desenvolvimento tecnológico para chegar à plena satisfação destas necessidades. Este mesmo desenvolvimento das forças produtivas também é essencial por também desenvolver as potencialidades humanas.

A liberdade pregada no capitalismo é visceralmente excludente, pois é aliada à propriedade, que acaba por lhe inferir caráter individualista e não universal, como se daria na emancipação humana. Sendo os homens reconhecidos como sujeitos da própria história, no socialismo eles detêm o domínio no processo de produção, mas vale

ressaltar que isto não quer dizer que eles possam determinar previamente todo esse processo, pois isso suprimiria seu caráter histórico.

O fato de os homens não conhecerem os preceitos da nova forma de sociabilidade que poderia ultrapassar o capitalismo acaba por deixá-los desmotivados, desorientados nesta busca. É o que afirma Tonet: “*embora os altos e baixos dos últimos cinquenta anos, a razão sofreu um processo de intenso extravio, levando-a a perder o fio condutor que perpassa a realidade social.*” (Idem, p.128) A realidade ainda está bastante conturbada e não tem possibilidade de fazer-se reconhecer concretamente. “[...] *a elaboração ideativa é uma reconstrução do real*” (Idem, p.129) e, para que haja a efetiva reprodução, a realidade deve se mostrar concretamente, passível de compreensão pelos sujeitos da sociedade. Assim, a proposta do autor nesta obra é analisar os objetos em seu caráter real, histórico e ontológico, apreendendo o “*movimento do real, na sua realidade, implicando aí a possibilidade de superação da sua forma atual.*” (Idem, p. 129).

Os elementos apresentados para esta falta de compreensão real da realidade são os princípios utilizados como referência para as demais formas de educação. Observa-se que elas não superam a óptica do capital, impossibilitando a efetiva liberdade. Desta falta de compreensão também resulta o imediatismo, que cega as pessoas envolvidas no processo, fazendo com que elas não apreendam a realidade para então agir. A falta de suporte teórico aos profissionais é evidente, a separação imposta pela sociedade entre teoria e prática é um grande obstáculo à formação. E sendo a emancipação humana o foco da educação, a necessidade de uma orientação teórica é muito mais importante.

Todo processo educativo baseia-se numa fundamentação teórica e filosófica. O grande problema é que por mais que esta fundamentação tente se aproximar da realidade, nunca estabelece uma relação direta com a realidade concreta. Além disso, na sociedade de classes, com a clara hegemonia de uma das classes, todo o processo de sociabilidade é organizado em torno do interesse desta classe dominante. E a educação não fica de fora, principalmente por seu caráter formador de ideologias, opiniões. A burguesia não oferece os meios para a emancipação humana em nenhum dos estágios dos serviços para o desenvolvimento do homem, inclusive a educação.

Tonet faz uma importante observação sobre a formação de intelectuais quanto ao fato de que o compromisso destes com o restante da sociedade é a sua produção teórica,

mas quase sempre descolada do seu engajamento na prática das lutas. Deste modo, “*o desnorteamento atual das lutas das classes subalternas tem como uma de suas causas a confusão teórica e ideológica, cuja responsabilidade – a nível ideativo – repousa sobre os ombros dos intelectuais.*” (Idem, p.132). Com isso chama a atenção na atualidade para uma separação, no que se refere ao sujeito revolucionário, entre os que produzem conhecimento e as bases sociais que podem realizá-la.

Tratando a educação como fenômeno inseparável do trabalho, tendo em vista que do trabalho derivam todos os atos humanos, como já foi dito anteriormente, percebe seu papel como atividade social, que implica ao indivíduo “*a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, comuns ao grupo.*” (Idem, p. 136). Ao contrário dos animais, que possuem seu “processo educativo” definido geneticamente, os homens têm este processo determinado pela consciência, e já que não “nasce sabendo”, deve aprender, se aprofundar e dar continuidade à existência de sua espécie. Portanto, o processo educativo dos homens está em constante produção, renovação e estes fatores atribuem a eles sua especificidade. Citando Leontiev, o autor afirma que “*à diferença dos animais, nos quais é o instrumento que se adapta àqueles, no caso do homem, é este que se submete aos instrumentos.*” (Idem, p.137) Então, os homens, para se reproduzirem enquanto gêneros humanos, necessitam constantemente de capacidade de adaptação às forças a que são submetidos, e a educação é o momento de produzir em cada um, o que é produzido cotidianamente pelos homens. Sendo assim, o processo educativo obedece diretamente à regência da totalidade social. A educação do indivíduo, então, não obedece ao próprio indivíduo, mas à totalidade social, cuja matriz, vale lembrar, é a economia.

Os esforços de reproduzir elementos já existentes que temos hoje na educação mostram o conservadorismo que há nela. O que o autor diz é que este conservadorismo, quando no sentido ontológico, é essencial à continuidade do gênero humano, pois o homem precisa dessa continuidade do seu patrimônio. O caráter conservador existente hoje na sociedade de classes, apesar do seu sentido político-ideológico, deriva da necessidade de reprodução do ser social. As questões político-ideológicas certamente influenciam neste processo, mas não o originam.

A educação na idade primitiva era desenvolvida pelo homem no e pelo trabalho, assim como todas as outras atividades estavam sempre direcionadas à ele. Não havia

diferenciação entre essas duas esferas. Foi somente com a criação das classes sociais que surgiu a necessidade de a educação ser um setor separado na sociedade. E é a organização da produção que determina para quem a educação será destinada e como será apresentada. No capitalismo é que ela (a educação) ganha papel de destaque no processo de produção e é neste momento que ela deixa de ser executada em virtude do trabalho. Seu objetivo passa a ser o de passar aos homens um conjunto de valores, ideais, comportamentos, para adequá-los a uma vida de cidadãos partícipes da sociedade.

Porém, não se pode pensar em uma educação emancipada opositora à educação conservadora. É neste âmbito que, segundo o autor está a contradição da educação, pois ao mesmo tempo em que possibilita a superação da alienação, também se faz alienante. Nesta sociedade ela age fortemente para que o aprendizado dos educandos (a apropriação do patrimônio social) se dê de forma a não por em risco os interesses das classes dominantes. Além de determinar o conteúdo que será apresentado no processo educativo, também delimita para quem e como o conteúdo será direcionado na sociedade. O objetivo aí é puramente a reprodução do ser social nesta ordem, não a realização plena do ser humano.

Quanto a relação entre educação e cidadania, o autor afirma que não se deve articular uma com a outra, visto que a cidadania não tem como finalidade a liberdade humana. Significa que vista sob a perspectiva dos direitos sociais, da cidadania social, ela não tem a finalidade de produzir indivíduos conscientes para o exercício da plena liberdade. Os cinco requisitos para que a atividade educativa possa efetivamente contribuir para a emancipação humana, nas atuais condições históricas são apresentados por Tonet, o primeiro refere-se a necessidade de se ter claro a finalidade a ser atingida com a educação – no caso, a emancipação humana – para então estabelecer os meios para alcançá-la; o segundo requisito diz que mesmo que limitadamente, o educador possui um poder em sua atividade e por isso é preciso que este profissional tenha consciência crítica para criar e estabelecer os fins; o terceiro requisito é relacionado à necessidade de compreensão da natureza essencial da educação, pois *“não é qualquer conceito de educação que é consistente com o objetivo da emancipação humana”* (Idem, p. 150); o quarto requisito desta prática educadora é justamente o conhecimento dos conteúdos específicos de cada área do conhecimento, pois o saber do educador precisa ser por demais articulado com as ciências do saber, do contrário de nada

adiantaria aos aprendizes; o quinto e último requisito apresentado está em a prática educativa se articular com as classes subalternas¹, com as camadas da sociedade que lutam de forma decisiva na estrutura produtiva. Portanto, a educação desempenha um importante papel na busca da emancipação humana, na medida em que permite dar continuidade ao patrimônio humano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro dos limites de um artigo, pode-se perceber o quanto este tema é importante de ser entendido não só para os estudiosos, como para os cidadãos que fazem parte desta teia de direitos e deveres. É com a legitimação do homem cidadão que ele se sente parte da sociedade e sujeito defensor de seus interesses. A cidadania dá ao homem o direito de sê-lo com dignidade na sociedade, ao mesmo tempo em que dá munição para que ele defenda este direito. No decorrer dos tempos, vemos que o direito individual ultrapassa o coletivo e que a ela (a cidadania) acompanha, aperfeiçoando e adequando os direitos às necessidades dos indivíduos. É interessante enxergar a educação em meio a este processo, visto que ela se mostra em momentos e perspectivas diferentes. Primeiramente naquele modelo das primeiras escolas primárias, onde servia para moldar os homens que viriam mais tarde, mas sempre sob os ditames da classe superior. Num segundo momento ela aparece como um interesse do próprio indivíduo para adquirir o tão desejado *status* perante o restante da sociedade. Mais adiante, observamos a educação, analisando criticamente, como alienadora de homens pelos próprios homens, como um instrumento para manter a ordem capitalista.

Logo, a cidadania é essencial à sociedade da mesma forma em que a educação é para ela. Sem esse recurso – que além de formar cidadãos politizados, serve de mérito entre eles, na medida em que conceitua o homem perante os outros homens – a cidadania ficaria solta em mentes que não teriam a oportunidade de conhecê-la plenamente, tampouco ter a consciência de quais direitos lhe pertencem e de lutar caso algum lhe falte.

¹ Tonet deixa claro que não é papel fundamental da educação a transformação da sociedade e que este cabe ao trabalho.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – O Longo Caminho**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KONDER, Leandro. Idéias que Romperam Fronteiras. In: PINSKY, Carla B; PINSKY, Jaime (org.) **História da Cidadania**. 2. Ed. São Paulo – SP: Contexto, 2003. P. 171-189.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro – RJ: Zahar Editores, 1967.

SINGER, Paul. A Cidadania Para Todos. In: : PINSKY, Carla B; PINSKY, Jaime (org.) **História da Cidadania**. 2. Ed. São Paulo – SP: Contexto, 2003. P. 191-263.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Editora Unijui. 2005.